

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resumo: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Desempenho: No exercício, o Banco apresentou um lucro de R\$ 20.337 mil, correspondente a R\$ 0,1017 por ação. Índice de Basileia: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 14,44%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN. Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <http://www.scania.com.br/solucoes-financeiras-banco/>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site acima. O Banco elaborou um plano de implementação de sua política de responsabilidade socioambiental, tendo sido implementada no exercício de 2015. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas por essa diretoria em reunião realizada em 05 de março de 2018. São Bernardo do Campo, 05 de março de 2018. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação, aos acionistas e clientes pela confiança.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Dezembro/17	Dezembro/16	PASSIVO	Dezembro/17	Dezembro/16
Circulante	885.588	853.360	Circulante	627.306	605.765
Disponibilidades (Nota 5)	154	251	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	605.875	576.230
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 5 e 6)	92.012	165.210	Repasses do país	605.875	576.230
Aplicações em depósitos interfinanceiros	92.012	165.210	Outras obrigações	21.431	29.535
Operações de crédito (Nota 8)	756.613	689.594	Contrabancas e arrecadação de tributos e assemelhados	305	196
Operações de crédito - setor privado	774.252	697.162	Fiscais e previdenciárias (Nota 13a)	3.105	21.945
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(18.159)	(8.159)	Dívidas subordinadas (Nota 13c)	1.203	2.278
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	2.068	1.754	Diversos (Nota 13b)	16.819	6.016
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	2.068	1.754	Exigível a longo prazo	1.068.733	927.166
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(21)	(19)	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	989.579	847.941
Outros créditos	28.850	15.907	Repasses do país	989.579	847.941
Rendas a Receber	14	14	Outras obrigações	79.154	79.225
Diversos (Nota 9)	28.836	15.893	Fiscais e previdenciárias (Nota 13a)	54	125
Outros valores e bens	5.912	1.263	Dívidas subordinadas (Nota 13c)	79.100	79.100
Outros valores e bens	5.912	1.263	Resultado dos exercícios futuros (Nota 14)	2.336	2.971
Realizável a longo prazo	1.075.574	923.328	Patrimônio líquido (Nota 15)	267.057	246.720
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	598	517	Capital	200.000	200.000
Títulos de Renda Fixa	598	517	De domiciliados no exterior	3.680	2.663
Operações de crédito (Nota 8)	1.022.761	854.561	Reserva legal	63.377	44.057
Operações de crédito - setor privado	1.032.842	879.671	Reservas estatutárias	-	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(10.081)	(25.110)			
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	1.546	1.929			
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	1.561	1.949			
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(15)	(20)			
Outros créditos (Nota 9)	50.669	66.321			
Diversos	50.669	66.321			
Permanente	4.270	5.934			
Investimentos em controlada (Nota 10)	4.043	5.598			
Imobilizado de uso	9	37			
Intangível	218	299			
Total do ativo	1.965.432	1.782.622	Total do passivo e patrimônio líquido	1.965.432	1.782.622

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: O Scania Banco S.A. ("Banco") foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Scania Banco S.A. iniciou suas operações durante o primeiro trimestre de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINAME, FINAME Leasing, Leasing, Crédito Direto ao Consumidor - CDC e Vendor. As operações visam suportar as vendas aos clientes de produtos da marca Scania. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo Scania e os custos de estrutura operacional e administrativos são absorvidos em conjunto ou individualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 05 de março de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e seus respectivos resultados, foram reclassificadas para o grupo de "Operações de arrendamento mercantil". Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08, CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08, CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/11, CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11, CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 27 - Imobilizado - Resolução CMN nº 3.973/11, Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12, CPC 33 - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Principais práticas contábeis: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas à data do balanço. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.804/08 incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Títulos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há a intenção de capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos. **e) Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas em operações de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações de crédito e arrendamento mercantil estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do índice de risco e na taxa de juros pactuada, sendo atualizada até o 60º dia de atraso. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8. **f) Outras receitas e bens:** Bens não de uso próprio, está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, são registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário. **g) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões não são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja avaliação é avaliada semestralmente. **h) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **i) Outros Créditos - Diversos:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações moventes, até o momento em que o ativo seja realizado, quando aplicável. **j) Obrigações por empréstimos e repasses e dívida subordinada:** As operações estão registradas por seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata". **k) Outras obrigações - Diversas:** Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **l) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada pela alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.189, de 06 de outubro de 2015, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, para instituições financeiras seguradoras e administradoras de cartão de crédito. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídos. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises de administração. **m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, entre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como possível risco de perda não requerem constituição de provisão, mas requerem divulgação e as classificadas como risco remoto não requerem provisão ou divulgação. **n) Resultado de Exercícios Futuros:** Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de extinguição e cuja apuração, como renda efetiva, depends apenas da fluência do prazo.

4. Gerenciamento de riscos: A gestão de riscos do Banco é feita de forma a cumprir com as segregações definidas as regras do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Estão contemplados os seguintes riscos: **Risco de crédito:** Exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco segue as melhores práticas da Matriz e tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito. **Risco operacional:** É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	2017		2016	
	Segundo semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Recetas da intermediação financeira	93.970	179.589	151.048	151.048
Operações de crédito	86.176	161.306	118.170	118.170
Operações de arrendamento mercantil	1.549	2.797	3.756	3.756
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6.245	15.486	29.122	29.122
Despesas da intermediação financeira	(54.651)	(129.959)	(114.196)	(114.196)
Operações de captação no mercado	(3.545)	(8.401)	(11.745)	(11.745)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(51.563)	(91.735)	(56.247)	(56.247)
Operações de arrendamento mercantil	(1.316)	(2.524)	(3.721)	(3.721)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	1.773	(27.299)	(42.483)	(42.483)
Resultado bruto da intermediação financeira	39.319	49.630	36.852	36.852
Outras receitas / (despesas) operacionais	1.702	(11.806)	(18.725)	(18.725)
Rendas de prestação de serviços	1.985	3.197	2.155	2.155
Despesas de pessoal (Nota 16)	(10.349)	(20.525)	(20.933)	(20.933)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(5.366)	(15.091)	(19.969)	(19.969)
Despesas tributárias	(2.138)	(4.217)	(4.321)	(4.321)
Resultado de participações em controlada (Nota 10)	960	2.945	2.532	2.532
Outras receitas operacionais (Nota 18)	17.578	23.399	23.608	23.608
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(968)	(1.514)	(1.797)	(1.797)
Resultado operacional	41.021	37.824	18.127	18.127
Resultado não operacional (Nota 19)	359	685	(503)	(503)
Resultado antes da tributação	41.380	38.509	17.624	17.624
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20a)	(20.046)	(18.172)	(7.107)	(7.107)
Provisão para imposto de renda	(971)	(1.378)	(11.250)	(11.250)
Provisão para contribuição social	(764)	(861)	(8.859)	(8.859)
Imposto fiscal diferido	(18.311)	(15.933)	(13.002)	(13.002)
Lucro líquido do semestre/exercício	21.334	20.337	10.517	10.517
Lucro por ações	0,1067	0,1017	0,0526	0,0526

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados		Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	200.000	2.138	34.065	-	236.203
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.517	10.517
Destinação para reservas de lucros	-	525	9.992	(10.517)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	200.000	2.663	44.057	-	246.720
Saldo em 31 de dezembro de 2016	200.000	2.663	44.057	-	246.720
Lucro líquido do exercício	-	1.017	19.320	20.337	20.337
Saldo em 31 de dezembro de 2017	200.000	3.680	63.377	20.337	267.057
Saldo em 30 de junho de 2017	200.000	2.663	44.057	(988)	245.722
Lucro líquido do semestre	-	-	-	21.334	21.334
Destinação para reservas de lucros	-	1.017	19.320	(20.337)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	200.000	3.680	63.377	20.337	267.056

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

11. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

	Dezembro/17	Dezembro/16
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
SLA - Scania Latin America	-	-
Serviços	-	(13)
Marketing	-	277
Aluguel	-	(605)
Processamento de dados	-	(400)
Outras despesas administrativas	-	(73)
Dívida subordinada (Nota 13c)	(80.303)	(8.401)
Total	(80.303)	(9.215)
Scania Corretora de Seguros	14	180
Scania Consórcio	(986)	-
Codema Comercial	6.267	-
Suvisa	1	-
Total	6.286	180
Dezembro/16		
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
SLA - Scania Latin America	-	-
Serviços	-	(31)
Marketing	-	(1.850)
Benefícios	-	97
Aluguel	-	(588)
Processamento de dados	-	(373)
Outras despesas administrativas	-	(88)
Dívida subordinada (Nota 13c)	(81.378)	(11.745)
Total	(81.378)	(14.578)
Scania Corretora de Seguros	(14)	180
Scania Consórcio	1.263	-

b) Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 2.786 e em 2016 R\$ 3.092, a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. Obrigações por empréstimos e repasses:

	Dezembro/17	Dezembro/16
Até 3 meses	159.484	148.845
De 3 a 12 meses	446.391	427.385
De 1 a 3 anos	722.109	671.919
De 3 a 5 anos	259.096	166.468
De 5 a 15 anos	8.374	9.654
Total	1.595.454	1.424.171
Curto Prazo	605.875	576.230
Longo Prazo	989.579	847.941

Referem-se a repasses de recursos para operações de Finame com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	Dezembro/17	Dezembro/16
Provisão para Impostos	2.104	20.105
Impostos e contribuições a recolher	1.001	940
Impostos e contribuições diferidos (Nota 20c)	54	125
Total	3.159	21.170
Curto Prazo	3.105	21.045
Longo Prazo	54	125

b) Diversos

	Dezembro/17	Dezembro/16
Provisão para pagamento a efetuar	3.153	2.385
Créditos diversos	10.172	467
Provisão para passivos contingentes	1.349	677
Provisões administrativas	1.591	1.896
Outras provisões	553	591
Total	16.818	6.016

c) Dívida subordinada: Representada por captações que compõem o Capital Nivel II, conforme autorizado pelo Banco Central.

Título	Valor emissão	Data emissão	Data vencimento	Taxa de Juros (a.a)	Valor em 31/12/2017	Valor em
--------	---------------	--------------	-----------------	---------------------	---------------------	----------